

SISTEMA POLÍTICO, DESIGUALDADES SOCIAIS NO CAMPO E O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Jorge Sobral da Silva Maia¹

RESUMO

O presente estudo parte do conceito de política e de sistema político para analisar as condições das desigualdades no campo e busca entender como a educação pode contribuir para minimizar estas desigualdades sociais. É um estudo fundamentado na teoria política que enfatiza, em linhas gerais, o desenvolvimento, os problemas e os desafios presentes no campo como, a concentração da terra e da propriedade considerando-os como elementos estruturais geradores de desigualdade social. Concebe a educação no contexto atual e os fatores, que ao serem desenvolvidos, podem potencializar o debate sobre as condições de vida da população e exibir alguns caminhos para ampliar sua qualidade.

Palavras-chave: Desigualdades Sociais. Educação do Campo. Políticas Públicas

INTRODUÇÃO

“Homo homini lupus”

Os problemas no campo brasileiro estão, a princípio, relacionados à distribuição terras de forma desigual, fato que é determinante de intensas disputas. Desde a colonização portuguesa no Brasil a divisão das propriedades deu-se por critérios que favoreceram alguns grupos que poderiam pagar pelo uso da terra a Portugal, fato que gerou a posse de grandes áreas por grupos que, ao concentrarem riqueza, submeteram os trabalhadores rurais a condição de exploração significativa de sua mão de obra.

Em meados do século XIX como a demarcação das propriedades rurais em função da independência do país, houve acirramento do conflito entre os proprietários de terras e os trabalhadores elevando a violência no campo e a grilagem que expulsou os pequenos agricultores de suas propriedades.

¹ Pós-Doutor em educação pelo Instituto de Biociências da UNESP. Professor do Programa de Mestrado em Ciências Jurídicas da Universidade Estadual do Norte Paraná.

Com ao advento da revolução industrial e tendências a mecanização a produção agrícola sofreu significativo impacto, impondo dificuldades aos pequenos proprietários que, sem recursos para implementar a mecanização em suas propriedades, perderam a competitividade em termos de preço dos seus produtos, forçando-os a venderem sua produção a preços reduzidos aos grandes capitalistas do agronegócio, ainda arrendando suas terras ou mesmo vendendo-as e passando a atuarem como empregados ou migrando para grandes centros em busca de melhores condições de vida.

Todavia, outros problemas decorrem desta concentração fundiária, como trabalho em regime de semiescravidão, exploração trabalho infantil e o não reconhecimento dos direitos trabalhistas, potencializando o conflito no campo. Desta condição, os trabalhadores reuniram-se em movimentos sociais para reivindicar seus direitos, um exemplo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - o MST – que busca combater as injustiças sociais no campo pressionando os órgãos públicos por meio de ocupação de áreas improdutivas, visando alertar a população para a necessidade urgente da reforma agrária e ações para transformar a realidade agrária no país.

Para que esta transformação ocorra é preciso atitudes mais concretas por parte dos órgãos governamentais para efetivação de políticas públicas de enfrentamento desta problemática, mitigando desigualdade social no campo, além de fiscalizar as condições de trabalho e oferecer subsídios para os pequenos produtores rurais de forma que consigam exercer suas atividades.

O anterior exposto implica em compreender o papel das políticas públicas e do sistema político para visualizarmos estratégias que possam contribuir com o debate e, avançarmos para possíveis caminhos que gerem o fortalecimento do pequeno produtor e da agricultura familiar superando a supremacia ideológica do capital, como modo de produzir a vida, a desigualdade social no campo e a desqualificação do trabalhador, uma vez que este, o trabalhador, é o verdadeiro agente de produção da riqueza tanto no campo, como nos ambientes urbanos.

POLÍTICA PÚBLICA E SISTEMA POLÍTICO

A política é um elemento que possibilita organizar a vida e mediar ações entre os seres humanos em sociedade. Segundo Bobbio

(1998) política é uma atividade desenvolvida pelos seres humanos para a manutenção e obtenção de recursos que permitem o exercício do poder. Neste sentido, relaciona-se as orientações para as tomadas de decisões e ações.

Associados ao termo política há vários adjetivos que a define segundo seu papel, como constitutiva, distributiva, governamental, redistributiva, regulatória, simbólica e pública. Este último, isto é, política pública pode ser considerada de vários pontos de vista segundo o agente que tem o protagonismo em sua proposição. É considerada estatista quando o protagonismo relaciona-se a personalidade jurídica estatal. Há também a abordagem multicêntrica que considera os diversos agentes sociais da iniciativa privada e do terceiro setor. (SECCHI, 2010). Neste último caso uma política é considerada pública quando se refere ao enfrentamento de um problema público.

Ainda Secchi (2010) explica que a abordagem estatista admite que atores não estatais têm alguma influência na elaboração das políticas públicas, mas sem o privilégio de estabelecer e liderar seu processo. Também, comenta que a vertente multicêntrica admite tal privilégio a atores não estatais.

Mais afim com a vertente multicêntrica entendemos que o estado sofreu transformações em relação aquele instituído na modernidade que funcionava como árbitro defensor da burguesia que se formava, caracterizando um estado parcial defendendo os interesses de uma classe. As mudanças de cunho social e econômicas ocorridas com o advento do neoliberalismo na economia e com o pragmatismo político, ainda que tenham provocado mudanças, não superaram o seu papel de defensor da classe dominante, na verdade, ao assumir a ideia de estado mínimo e pouco interventor, favoreceu a ampliação das forças hegemônicas na manutenção do *status quo*.

Estas considerações permitem refletir que o estado contemporâneo sob a égide do capital ampliou-se e caracteriza-se pelos órgãos públicos, relacionados aos três poderes, o executivo, legislativo e judiciário, também as organizações sociais e seus representantes que buscam disseminar suas ideias de classes de forma hegemônica sobre a cultura e a sociedade. A força do capital impõe seus interesses em detrimento dos interesses dos trabalhadores.

Isto significa que o estado não é neutro, é um instrumento de classe, e à medida que a sociedade avança e ocorre a elevação do potencial das forças produtivas, ele se reforma, para cumprir seu papel, isto é defender os privilégios da elite. Uma possível saída para desta condição de subserviência de uma classe em relação à outra está, segundo Orso (2011, p. 10-11), em

[...] compreender o modo de produção vigente e suas formas de reprodução, seus artifícios e manipulações, assim como é necessário construir sindicatos e partidos realmente comprometidos com a superação do capitalismo e com a construção de uma nova sociedade, da mesma forma precisamos construir escola e uma educação que consiga desmistificar as relações de dominação, socializar a cultura historicamente produzida e contribuir para que os trabalhadores também usufruam dos bens produzidos por eles próprios, o que exige que se construa uma educação para além do capital e para além da escola.

O estado, portanto não é somente um poder brutal, é contraditório, provisório, transitório e precisa ser superado por outro estado que defenda os interesses da maioria, no caso os trabalhadores que com sua força vital produzem o valor de uso da mercadoria a partir dos bens naturais. Os trabalhadores ao assumirem o estado necessitam erradicar a propriedade privada dos meios de produção tornando-a social, assim elimina-se a diferença de classes e a si mesma como classe, uma vez que não haverá proprietários, apenas trabalhadores, contribuindo, ao longo tempo, para a extinção do estado. (GRUPPI, 1986). Esta perspectiva esta presente em Bobbio (2000, p. 114) ao afirmar que

Para Marx, o Estado é reino não da razão, mas da força. Não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte. Não tem por fim o bem viver de todos, mas o bem viver daqueles que detêm o poder. Não é a saída do estado de natureza, mas a sua continuação de outra forma. Aliás, a saída do estado de natureza coincidirá com o fim do Estado. Daí a tendência a considerar todo Estado uma ditadura e a considerar relevante

apenas o problema de quem governa (a burguesia ou o proletariado) e não como governa.

No caso do estado brasileiro e sua sociedade é possível apontar em, um primeiro momento, uma questão fundamental, a desigualdade social. Esta, em alguma medida, relaciona-se a um estado voltado para sua reprodução e atendimento das demandas dos interesses privados e não para ao bem social. A desigualdade social é um dos maiores problema para o desenvolvimento da sociedade brasileira, apesar das políticas de valorização do salário mínimo e transferência de renda não houve significativa mudança no quadro geral da desigualdade no país.

Falta à população serviços como saúde, educação, transporte, ainda os salários são baixos para a maioria e carência de justiça fiscal, uma vez que a arrecadação e a aplicação dos recursos em geral atendem a interesses de classes. Para que se tenha justiça fiscal é preciso considerar a justiça social, sem a qual os mais pobres são penalizados em relação aos tributos cobrados pelo Estado.

Há no Brasil a naturalização da pobreza e a responsabilização dos pobres por sua condição com base em argumentos preconceituosos e ideológicos e, associado a esta questão uma demonstração de escolhas políticas de um desenvolvimento que gera pobreza, exclusão social e drástica redução da qualidade social, cultural, econômica e ambiental.

Enfrentar o anterior exposto implica em identificar na atuação do estado, que deveria representar a população, os elementos que historicamente vem impedindo a eliminação premente desta desigualdade no país. Em geral a força dos donos dos meios de produção impõe sua agenda política interferindo no funcionamento do estado de forma explícita ou implícita, exercendo na luta de classes o domínio do que é público para seu favorecimento, caracterizando o patrimonialismo no estado brasileiro. Tal problema está presente nas instituições políticas e sua superação, bem como da pobreza estão intimamente associados. Cabe à administração pública considerá-los e por medidas estruturadas e perenes enfrentar estes temas complexos. Uma possível maneira de exercer este enfrentamento está na elaboração de políticas públicas que de fato atendam a demandas da sociedade em uma perspectiva democrática e popular.

Neste sentido uma política pública é uma forma de exercício do poder que remete as demandas sociais que por diversos motivos compõem a agenda governamental. Todavia em nosso país a inserção na agenda governamental para a elaboração de políticas públicas no sentido popular, como é desejável é vagarosa e, muitas vezes destorcida por interesses diversos, apesar da presença de atores sociais representantes dos grupos subalternos ligados ao poder nas instituições governamentais. Há obstáculos para os projetos de mudança política que esbarram, com frequência, em estruturas densas, patrimonialistas e oligárquicas.

De qualquer forma as políticas públicas devem em seu processo de construção e implementação efetivar em seu exercício a distribuição de poder e repartição dos benefícios e dos custos sociais, e como já descrevemos o poder é um relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, pra que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, a s políticas públicas possam se legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002 p. 02).

Para a elaboração de uma política pública, é preciso definir a quem se destina a política pública, o que se destina, quem destina e quando destina. Estas medidas segundo Teixeira (*op. cit.*) estão relacionadas ao nível de organização da sociedade, ao regime político e a cultura política vigente. Explica ainda que políticas públicas são diferentes de políticas governamentais, já que estas últimas nem sempre são públicas, embora sejam estatais e que para serem públicas é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Para entender este complexo quadro faz-se necessário analisar o conceito de sistema político e como este ordena as muitas temáticas, demandas e questões que se apresentam na contemporaneidade. Segundo Bobbio (1998) sistema político faz referência a um conjunto de instituições, grupos ou processos políticos que tem certo grau de interdependência recíproca. Para Easton (1953) o sistema político é um sistema de interações, em qualquer sociedade, através do qual são feitas e implementadas as alocações autoritativas de valores.

Alocações autoritativas pressupõem mecanismos para resolver disputas presentes no seio da sociedade, gerando certa uniformidade e estabilidade com intenção de solucionar os embates

que se apresentam, por vezes, utilizando aparelhos repressores indo até a repressão física se preciso for. Neste contexto é necessário compreender que sempre é possível haver disputas por bens, recursos com potencial valorativo, e estas exigem ser mediadas para que se mantenha a dinâmica funcional do sistema. Também, as disputas de caráter ideológico e moral pedem ações mediadoras para que se preserve a ordem.

Ainda, as bases para construção de um sistema político, em alguma medida, consideram generalidades em detrimento das particularidades, isto é, respeita as muitas interações de seus componentes internos e suas dinâmicas promovendo mudanças constantes que implicam em adaptações das quais dependem para sua manutenção.

A capacidade de manutenção é a medida de viabilidade das configurações, sob certas circunstâncias, diretamente relacionadas com demandas oriundas do meio externo e, a partir delas, decidir e desencadear alocações autoritativas.

É importante salientar que as demandas oriundas do meio externo referem-se a questões econômicas, sociais e culturais, são pressões por mudanças nestes contextos, por conta da luta constante que ocorre na sociedade em função do modo de produzirmos a vida e das leis sociais que regulam a produção e a distribuição dos produtos para atenderem as necessidades humanas historicamente determinadas. (NETTO; BRAZ, 2012).

A resposta do sistema, no sentido de preservar sua essência pode ser reprimir a demanda, fato que gera resistências, por vezes inviabilizando o próprio sistema ao longo do tempo. O inverso também pode ocorrer se, o sistema, para atender certas demandas não respeitar os seus limites. Neste sentido, o sistema precisa estabelecer suas prioridades e tomar decisões com extensão considerável cuidando de não legitimar o que é muito particular. Isto resulta em um processo restritivo de ponto de vista quantitativo, fundamental para que, ao atender as necessidades provenientes do meio externo, evite sobrecargas.

Em síntese o sistema político é composto de um ambiente de entrada contendo elementos essenciais para a produção de um determinado produto ou serviço, demandas e apoios a estas que se apresentam às instâncias decisórias, a saber: poder executivo e legislativo que cuidam de manter as características essenciais

do sistema; buscam absorver e processar as demandas e/ou as demandas oriundas do ambiente externo; Consideram o problema da repressão em relação às questões econômicas e socioculturais e, por fim, definem as prioridades. O conjunto de ações e decisões das instâncias decisórias resulta em produtos que retroalimentam o ambiente de entrada possibilitando novas demandas, caracterizando uma lógica sistêmica em que o sucesso depende de estabelecer correspondências entre as demandas comparativamente relacionando a capacidade do sistema de atendê-las segundo o grau de prioridade definido. (EASTON, 1953; AMADEO, 2011).

O conceito de sistema político ainda apresenta os racionalizadores de demandas (Gatekeeper) que, a princípio, facilitariam a atividade do sistema. Estes racionalizadores atuam filtrando as demandas que poderiam chegar às instâncias decisórias, por vezes interferindo diretamente nas reivindicações dos diversos agentes da sociedade. Há dois tipos básicos de racionalizadores de demandas, o cultural e o institucional. São exemplos de racionalizadores de demanda os partidos políticos, os sindicatos, as instituições religiosas, universidades.

No caso brasileiro que o nível cultural, no sentido da apropriação das produções artísticas, científicas e filosóficas mais elevadas é significativamente precária, a qualidade da educação limitada e as instituições mostram-se pouco preparadas para os enfrentamentos que transformem o modo de produzir a vida. Por isto, os racionalizadores de demandas acabam por não fazerem avançar uma agenda política para as transformações urgentes que a sociedade precisa e, também a afiliação ao neoliberalismo por parte dos intelectuais ligados a economia e a política são fatores determinantes de uma agenda conservadora e pragmática. Sobre este particular Loureiro e Abrucio (2012, p. 617) afirmam que:

[...] a maioria dos economistas, mas também de cientistas políticos que estudam os impactos das instituições sobre a estratégia dos atores políticos e sobre os resultados das políticas públicas, argumenta que a governabilidade e a efetiva capacidade decisória do Estado só podem ser garantidas se houver insulamento das decisões econômicas de qualquer interferência política, ou se existirem arranjos institucionais que

concentrem poder. Em outras palavras, a governabilidade depende da redução das arenas em que as divergências, os conflitos e eventuais consensos possam surgir e em que a política, como o terreno dos interesses e valores construídos socialmente que se expressam num jogo institucionalizado, possa se manifestar.

Ainda que os autores discordem do exposto e afirmem que não se aparte a economia da política como querem os economistas neoliberais, esta concepção se impõe como um fator diretamente relacionado às demandas que, nesta perspectiva econômica, atendem a lógica do capital globalizado. Isto é, acúmulo privado de riqueza, divisão social do trabalho e limitação dos direitos dos trabalhadores. Colocam também que “economistas especializados em derivativos cujas teorias se mostraram incapazes de prever crises no mercado financeiro, indica que alguns temas menos convencionais no paradigma econômico (como ética, ideologia etc.) começam a chamar a atenção.” (LOUREIRO; ABRUCIO, 2012, p. 625).

Neste contexto de organização sistêmica da política entram em cena diversas instituições que identificadas com interesses próprios buscam, de muitas formas, terem satisfeitas suas demandas, ora por meio de financiamento privado de campanha de políticos que, uma vez eleitos buscarão representar os interesses de seus financiadores, ou ocupando espaços nas instituições públicas para fazer valer seus interesses privados.

No primeiro caso, referente ao financiamento de campanha um exemplo significativo é apresentado por Accioly e Sánchez (2012) que levantaram de dados de financiamento de campanha de parlamentares ligados a Comissões de Meio Ambiente e seus posicionamentos manifestos na mídia. Os autores ainda identificaram que nas campanhas eleitorais de parlamentares que empresas ligadas ao agronegócio atuaram como financiadoras e que estas respondem a processos ambientais e trabalhistas. Também mostraram a desigualdade de forças entre o grupo que não respeitavam os fundamentos ecológicos e o grupo ambientalista.

No segundo caso outro exemplo envolve também o agronegócio por meio da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG) que segundo Loureiro e Lamosa (2015, p.112)

realiza por intermédio de sua entidade coirmã, situada em Ribeirão Preto, o Programa Educacional Agronegócio na Escola desde 2001, nas escolas públicas da região, formada por 90 municípios. Do ponto de vista do ideário ambiental, o discurso de sustentabilidade anunciado pela entidade e promovido em suas ações educativas, propõe a possibilidade de uma sociedade sem conflitos, baseada nas parcerias público-privadas, na responsabilidade individual e na racionalização no uso dos recursos naturais.

Os autores Loureiro e Lamosa (2015, p.114-115), apontam que a articulação da ABAG está também em sua inserção na sociedade política e que funciona como um partido na defesa de seus interesses, atuando, por exemplo, em ministérios, secretarias, comitês, conselhos e câmaras setoriais. E concluem Loureiro e Lamosa (2015, p.130) que

a ABAG assumiu a tarefa histórica de “Partido do Agronegócio” no Brasil, articulando, na sociedade civil, a formação dos intelectuais orgânicos e a difusão da autoimagem associada à responsabilidade socioambiental, e na sociedade política, a ocupação de cargos e inserção dos seus interesses particulares, apresentados como demandas de toda a sociedade. Neste caso, os nexos entre Estado, classe social e educação mostram-se, ao longo da história da hegemonia do agronegócio no país, fundamentais para a elaboração e execução de um projeto de poder que conformou o atual bloco histórico.

Com estes dois exemplos é possível pensar que outras entidades do capital, como os Bancos, as grandes empresas comerciais, as indústrias podem também atuar desta forma, tornando suas demandas particulares hegemônicas e dificultando o atendimento de outros grupos de interesses com menor força de expressão no cenário político e econômico.

As resultantes deste contexto fazem-se sentir em todos os espaços da sociedade contemporânea, inclusive no campo em que a expressão maior é a luta pela terra. Especificamente no campo, o fator

educacional é um agente que, ao permitir o acesso ao conhecimento sistematizado pode ampliar a leitura crítica e transformadora das relações de produção estabelecidas, modificando a perspectiva de vida e conseqüentemente caminhando para legitimar as demandas, junto ao sistema político, das populações que vivem em condições precárias, resgatando a consciência de classe e uma formação ética e política para atuarem socialmente organizando-se em busca da emancipação humana por meio da educação.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO

Neste estudo consideramos a educação como “o ato de produzir direta e intencionalmente no indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2005, p.13). Este conceito implica entender a educação instrumento de humanização e, portanto da constituição da segunda natureza nos seres humanos. Esta segunda natureza é o resultado da formação cultural ao longo da vida, mas que na escola ganha um caráter especial, uma vez que nesta instituição são apropriados os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos em sua plenitude.

Em posse do conhecimento erudito os estudantes poderão, em alguma medida, potencializar a criticidade por meio de fundamentos teóricos e metodológicos em relação a sua vida diária, qualificando sua prática social por meio da problematização da mesma e, nesta condição, o processo educativo permite mediações necessárias com vistas a ampliar o nível de abstrações em termos de conhecimento e método, possibilitando apreensão da realidade social na perspectiva da totalidade, isto é, captar a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classe de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido.” (KOSIK, 1995, p.35).

A perspectiva da totalidade é necessária para analisar uma determinada formação ou processo social; esta visão torna possível a compreensão das formas como se estabelecem as relações de poder e de domínio, permitindo compreender a dinâmica do modo de produção da vida em certo momento histórico.

Na produção social da existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado

de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

Verifica-se, portanto a necessidade desta categoria para compreender o significado da prática social. Ao realizar este aprofundamento é possível identificar a diferenciação entre o que é principal e o que é secundário, uma vez que este deriva do fundamental que, se apresenta de diversas formas dependendo do contexto histórico. E, ainda do ponto de vista ontológico, remete a ideia de articulação entre a natureza, a sociedade, o trabalho e a educação para a formação integral dos indivíduos, unindo saber e fazer reconhecendo-os como imprescindíveis para o avanço rumo a uma sociedade mais justa, equilibrada e sustentável.

Unir saber e fazer ou teoria e prática no processo pedagógico relaciona-se diretamente a problematização da prática social que, em si significa identificar os problemas e as condições de vida cotidiana que precisam ser explicadas por meio dos saberes elaborados, possibilitando "refletir sobre estas condições, explicitando-as, bem como suas contradições, e apontar, a partir daí, abordagens que permitam elaborações no sentido do enfrentamento e posterior superação dessas mesmas condições (MAIA, 2005, p. 22).

Em posse do saber elaborado socialmente e acumulado historicamente os indivíduos estarão instrumentalizados para uma prática social mais qualificada, atingirão nestes momentos o que Saviani (2012) denomina catarse, isto é a "efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos de transformação social." (p.72).

Neste sentido entendemos que é possível formar e potencializar o pensamento crítico dos estudantes para compreenderem e trabalharem para atingirem a plena formação humana, o que na perspectiva crítica e dialética da educação caracteriza-se pela onmilateralidade, ou o desenvolvimento pleno e global dos seres humanos em sua atividade consciente no mundo. É nesta perspectiva que pensamos a educação do campo.

A educação do campo foi instituído pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 e em seu artigo 1º expõe textualmente que:

A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

Em seu parágrafo primeiro incisos I e II define a população e a escola do campo, a saber:

I. populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II. escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

As populações descritas conceitualmente no decreto são exatamente aquelas que sofrem as consequências da desigualdade no campo e qualificá-las implica, em assumir para si, a luta pela melhoria da qualidade de vida nesta sociedade cindida em classes. No processo formativo para a educação do campo e fundamental assumir um compromisso ético, isto é tomar partido e buscar estratégias para auxiliar por meio da educação a transformar as condições de vida no campo.

Segundo Souza (2012, p. 753) a educação do campo é uma frente de luta e de enfrentamentos com o Estado, ao mesmo tempo em que se encontra ao lado do Estado e dentro das instâncias governamentais em inúmeros projetos e programas. Trata-se de uma esfera pública marcada pela contradição e pela luta contínua, em que sociedade civil e sociedade política se encontram para a efetivação de direitos sociais. E uma esfera pública tensa, em que o dissenso

é a mola propulsora das tensões ideológicas, políticas e jurídicas, também necessárias para o avanço da democracia.

A autora aponta três conquistas da educação do campo nos anos de 1990 com reflexos atualmente, são elas: o fortalecimento do caráter coletivo da prática educativa, a consolidação da dimensão pedagógica voltada para a formação humana e o reconhecimento da existência dos povos do campo e da sua diversidade. Estas conquistas foram significativas, pois ampliaram as ações de inserção dos moradores do campo em diversas faixas etárias na escola e também promoveram melhorias de infraestruturas e investimentos. Souza (op. cit., p. 755) ainda coloca que:

Em síntese, pode-se afirmar que as principais conquistas com vistas a superação das desigualdades educacionais no campo, na década de 1990, foram: a reunião de diversos movimentos e organizações populares no fortalecimento da luta pelo reconhecimento dos povos do campo e pela efetivação de políticas educacionais; a realização de conferências estaduais e nacionais dos povos do campo para o debate da educação, portanto, a consolidação de uma frente política. Também, configura-se como conquista o conjunto de experiências educativas em parcerias com as universidades, a exemplo dos projetos vinculados ao Pronex e da produção de coletânea pedagógicas, ao lado da vasta produção bibliográfica e pedagógica do Setor de Educação do MST. As lutas sindicais por educação para todos também teve impacto no momento de definir artigos na LDB e nas diretrizes operacionais da educação do campo, publicadas em 2002, haja vista a ênfase e lutas na efetivação da educação para todos. As diretrizes operacionais da educação básica para as escolas do campo, de 2002, vieram a ser o documento pioneiro no reconhecimento normativo e legal da educação do campo.

Entretanto, ainda é preciso conquistas como um currículo estruturado que vá além de um simples momento didático que reproduza os saberes que já são próprios de realidade presente aos moradores do campo. Precisamos de uma prática social

intencionalmente votada para um projeto de humanizador que socialize os saberes rumo à superação da exploração do homem pelo próprio homem.

Do ponto de vista da organização da escola no Brasil que ocorre por meio das instituições federadas, a saber: a União, estados e municípios, que evidenciam grandes desigualdades regionais e locais, a qualidade do ensino não atinge parâmetros satisfatórios e esta condição também se apresenta em relação às escolas do campo. Dourado e Oliveira (2009, p. 205) explicam que

a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento da variedade e das quantidades mínimas de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem; nem, muito menos, pode ser apreendido sem tais insumos. Em outros termos, a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nesta ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Este complexo fenômeno, como afirmam os autores, necessita da identificação das condições objetivas que virá somente como elevação dos recursos destinados área, efetivação de regimes de colaboração entre os entes federados, otimização e articulação de políticas e de programas entre outros.

É no enfrentamento para identificar estas condições objetivas que a educação do campo surge, despertando o debate sobre a desigualdades educacionais, a exclusão relacionada à política e a economia dos povos do campo e o patrimonialismo presente na elaboração das políticas públicas referentes a esta realidade. Corroborar nossa afirmação Souza (2012, p.759) que afirma que

Foram as práticas educativas coletivas das reuniões e estudos locais e conjunturais nos movimentos sociais que desencadearam as manifestações e os espaços

públicos conhecidos como conferências, seminários, encontros e simpósios da educação do campo. Esses espaços públicos que integram a sociedade civil e a sociedade política dão forma a uma esfera pública de negociações, tensões, embates e projetos em parceria. Trata-se de um corpo complexo, do ponto de vista da identidade política dos participantes, que busca a superação das contradições históricas, verificadas na distância do Estado/poder com a sociedade; na distância dos governos com os movimentos sociais e na ideologia que, em nome da igualdade formal e positivista, impede os avanços da reforma agrária e a efetividade dos direitos sociais.

Evidencia-se a pela afirmação da autora que a luta social é de classe. Expomos anteriormente que o grande capital insere-se nas diversas instâncias de poder e também procura inculcar sua ideologia por diversos meios, junto a população com a intenção de levar adiante a ideia que estamos todos do mesmo lado enfrentando um inimigo comum. Desta forma, conduzem às massas a ideia de consenso para consolidar um ideário popular que afirme a propriedade privada dos meios de produção mascarando as contradições do metabolismo do capital.

Fixa claro que a situação exposta torna muito difícil o enfrentamento político do capital, ainda que se verifique um sistema em crise, não somente pelo aumento da desigualdade social, da violência tanto no campo, como nas cidades, desemprego, terceirização e subcontratação dos trabalhadores que são aliados dos seus direitos e de sua humanidade muitas vezes.

Neste momento de crise os donos do capital afirmam comumente que é preciso investir e universalizar a educação, criando uma forma de pensar redentora em relação a ela e que esta solução harmonizaria ou extinguiria o conflito entre capital e trabalho. O capital se apropriou do discurso da educação e converteu-o em seu instrumento, por meio da incorporação da ciência colocando-a a seu serviço. É preciso alertar as populações sobre esta questão e, neste sentido, a educação em geral e a do campo em particular podem considerar a dialética referente ao conflito entre capital e trabalho para fomentar a formação política, desvendando o conflito de interesses ideológicos neste embate. Pois, é na política e em sua atividade que se manifestam a materialidade desta

prática especificamente humana. Esta consideração relaciona-se diretamente ao papel do professor.

No Brasil a formação de professores da educação básica parece não considerar as difíceis condições de trabalho, a desvalorização social da profissão e a baixa remuneração que criam adversidades às iniciativas de formação (MAIA; TEIXEIRA, 2015). Este fato, segundo os autores, gera um modelo de formação que, na prática valoriza o treinamento de habilidades e competências. Ainda que referenciais teórico-metodológicos do estado da arte da pesquisa em formação docente sejam utilizados no processo formativo, tem-se uma formação técnica que valoriza a prática sem a teoria, sem reflexão teórica e crítica do trabalho didático.

Para a formação docente que considere a educação do campo nos parece importante reconhecer suas especificidades, realizando uma prática pedagógica que, em sua vivência, produza conhecimentos articulados valendo-se dos domínios apresentados tanto, na prática social dos atores envolvidos, quanto nas produções teóricas culminando com conhecimentos próprios inerentes a elevação da condição crítica e transformadora diante do mundo.

Está posto um desafio, uma proposição de um pensamento pedagógico para além da perspectiva tradicional que forme sujeitos coletivos para a luta social que entendam que os fundamentos econômicos e políticos para um movimento com princípios emancipatórios que superem a propriedade privada dos meios de produção e da educação. Como explica Franco (2015, p.171) que é fundamental ao coletivo de trabalhadores assumir-se como comunidade construtora de conhecimento que busca analisar sua realidade imediata, buscando alternativas para sua transformação ao mesmo tempo em que se transforma, reconhecendo ser este o seu papel. Ao agir assim, mesmo sem perceber, não separa o ato pedagógico do ato político sem confundi-los na prática social, tratando-os como parte de uma totalidade político-pedagógica que faz da educação o um ato de conhecimento e conscientização, que por si só não leva o oprimido a se libertar da opressão, mas transforma-o no movimento.

A afirmação reveste-se de grande importância para os debates em relação ao papel político da educação e da educação do campo e, como ato pedagógico, necessita considerar as vivências e as práticas para o exercício da emancipação humana por meio de

discussões epistemológicas, estratégias de ação e de resistência que potencializem a luta no campo também dentro da escola, para que esta possa cumprir a mais nobre tarefa contemporânea, que é formar quadros humanos para o enfretamento da barbárie do novo ciclo capitalista dependente.

CONCLUSÃO

A compreensão do conceito de política e de sistema político para analisar as condições das desigualdades no campo e entender como a educação pode contribuir para minimizar estas desigualdades sociais nos indica a necessidade de ter a prática social como ponto de partida para elucidar a realidade social vivida pelos sujeitos em seu cotidiano. Neste sentido pode-se valorizar o conhecimento de mundo e suas experiências visando identificar as demandas sociais e os elementos reais que a compõem (SAVIANI, 2012; MARSIGLIA, 2011). É uma possibilidade de socializar o poder político entre os sujeitos de forma ativa visando um novo projeto de ser humano e de sociedade. Essa condição passa inequivocamente pela escola pública e pelo trabalho pedagógico que necessitam ser problematizados do ponto de vista de vertente crítica da educação, buscando identificar os elementos teóricos e práticos que constituem pontos a serem superados para que esta educação seja emancipatória. Ainda faz-se necessário considerar que o trabalho é o produtor de riqueza que é apropriada pelos governos e pelos donos dos meios de produção, em geral o grande capital. Neste sentido é fundamental para a manutenção dessa sociedade formar indivíduos que atendam as demandas impostas por ela. Recai sobre a escola essa responsabilidade, isto é, formar para atender a lógica do mercado e perpetuando a sociedade de classes, subordinando o trabalho ao Capital tendo como elo o Estado político (MÉSZÁROS, 2006).

A premissa, neste estudo é a de que é necessária outra educação que permita apropriação de ferramentas intelectuais altamente desenvolvidas (SAVIANI; DUARTE, 2012) e a integração destas ferramentas aos conhecimentos práticos de educandos e educandas à sociedade como cidadãos críticos e participativos e não como indivíduos simplesmente a serviço do mercado e do capital. A ideia principal é gerar processos e estratégias que superem a abordagem utilitarista e competitiva de que somos vítimas.

Verifica-se a profunda urgência em integrar os fundamentos à experiência pessoal dos atores sociais a sua formação inicial e continuada em um exercício dialético de práxis revolucionária com vistas à consciência filosófica dos atores sociais.

A busca da Práxis (teoria e prática) possibilita e potencializa a reflexão sobre sua prática. "A prática é critério de verdade". A partir daí, identifica-se os problemas colocados pela prática social. Em seguida tem-se a intenção de gerar a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas da prática social. Dessa forma é possível uma expressão mais elaborada de entendimento desta prática, produzir a ascensão da realidade empírica para a realidade concreta na consciência humana, indo da síntese à síntese rumo— a compreensão mais orgânica do real. Desta forma entendemos que os atores sociais terão condições efetivas para lidar com as questões do poder político e do estado moderno defensor dos interesses da classe dominante.

POLITICAL SYSTEM, SOCIAL INEQUALITY IN THE COUNTRYSIDE AND THE ROLE OF EDUCATION

ABSTRACT

The present study stems from the concept of politics and political system in order to analyze the conditions of inequality in the countryside. Additionally seeks to understand how education can contribute to diminish these social inequalities. It is a study grounded in the political theory which emphasizes, in general terms, the development, the issues and the challenges found in the countryside, such as the land and property concentration considering them as the structural elements that generate social inequality. This study views education in the current context and factors that, by being developed, could boost the debate on the population's life condition and show a few ways to expand its quality.

Keywords: Social Inequality. Rural Education. Public Policies.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, I.; SÁNCHEZ, C. Antiecológismo no Congresso Nacional: o meio ambiente representado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Sistema político, desigualdades... *Jorge Sobral da Silva Maia*

- Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 25, p. 97-108, jan./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/23389/18576>. Acesso 10/11/2015.
- AMADEO, J. Teoria política: um balanço provisório. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 17-34, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a03v19n39.pdf> acesso 06/11/2015.
- BOBBIO, N. *Teoria geral da política - a filosofia e as lições dos clássicos*. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- BOBBIO, L. Política. In BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. v. 1 Brasília: Editora da UNB, 1998.
- BRASIL. *Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm, Acesso 12/11/2015.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-2015, maio/ago. 2009.
- EASTON, David. *The political system*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.
- FRANCO, J. B. *Prática social como prática pedagógica em educação popular ambiental*. Curitiba, Appris, 2015.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- LOUREIRO, C. F.; LAMOSA, R. A educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio. Comunicações Piracicaba Ano 22 n. 2 p. 109-133 Ed. Especial. 2015. Disponível em <http://www.bibliotekevirtual.org/revistas/Metodista-UNIMEP/COMUNICACOES/v22n02-e/v22n02a05.pdf> Acesso 14/11/2015
- LOUREIRO, M. L.; ABRUCIO, F. L. Democracia e eficiência: a difícil relação entre política e economia no debate contemporâneo. Revista de Economia Política, vol. 32, nº 4 (129), pp. 615-633, outubro-dezembro/2012. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n4/05.pdf>. Acesso 18/11/2015.
- MAIA, J. S. da S. *Educação ambiental crítica e formação de professores*. Curitiba: Appris Editora, 2015.
- MAIA, J. S. da S; TEIXEIRA, L. A. Formação de professores e educação ambiental na escola pública: contribuições da pedagogia Histórico-crítica. Revista HISTEDBr On-line, Campinas, nº 63, p. 293-305, jun 2015. Disponível em <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/6178/6085>. Acesso 30/08/2015.
- MARSIGLIA, Ana C. Galvão. *A prática pedagógica histórico crítica na educação infantil e ensino fundamental*. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.
- MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*.

São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

NETO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 271p.

ORSO, Paulino José. Apresentação in ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (Orgs). *Educação, Estado e Contradições sociais*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 42 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2012. 94p.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs) *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, M. A. de Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br> Acesso 05/11/2015.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O poder das políticas públicas no Desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador/BA, AATR, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso 05/06/2013.

Aprovado em julho de 2015
Publicado em dezembro de 2015